

Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas

Cristina Bruschini*
Maria Rosa Lombardi**

Ao voltarmos o olhar para as trabalhadoras brasileiras nos anos 90, vemos a consolidação de várias tendências que vêm evoluindo desde o início da década de 70. Em trabalhos anteriores, mostramos que o significativo aumento da atividade das mulheres, uma das mais importantes transformações ocorridas no País desde os anos 70, teria resultado não apenas da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado em conjunturas específicas. A progressão da integração das mulheres ao mercado de trabalho foi, de fato, espantosa. Em 1976, existiam 11,4 milhões de mulheres economicamente ativas no País, e, na década em análise, esse contingente passou de 22,9 milhões em 1990 para 31,3 milhões em 1998; a taxa de atividade feminina em 1998 chegou a pouco mais de 47%, ou seja, para cada 100 mulheres em idade de trabalhar, 47,6 trabalhavam ou procuravam trabalho.¹

Transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos 70 e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicaria não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações nas famílias e no perfil da força de trabalho desse sexo, processo que vem se delineando desde a década de 80.

Assim, a intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do País: de 5,8 filhos em 1970 para 2,3 em 1999. As famílias reduziram seu tamanho (no final dos anos 90, passaram a ter 3,4 membros), e houve aumento no número de famílias chefiadas por mulheres: em 1998, os domicílios com chefia feminina chegavam a 26% do total dos domicílios brasileiros (28% no Norte e 27% no Nordeste). Essas famílias estão mais bem representadas nos estratos mais pobres da população (30% tinham rendimentos de até dois salários mínimos), ressaltando-se que 45% das chefes de família brasileiras eram pretas e pardas.²

Por sua vez, as trabalhadoras que até o final dos anos 70, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos passaram a ser mais velhas, casadas e mães a partir dos anos 80: em 1998, a mais alta taxa de atividade, superior a 66%, era encontrada entre mulheres de 30 a 39 anos, e cerca de 63% das de 40 a 49 anos também eram ativas; a atividade das esposas (categoria **cônjuges** do IBGE) passou de 37,6% no começo da década para 51,3% em 1998; o nível de atividade das mães com filhos menores de dois anos, por menor que seja (47%), era igual àquele do conjunto das brasileiras, voltando a alcançar altos índices quando as crianças atingiam entre quatro e cinco anos (62%), sugerindo que a maternidade e as responsabilidades familiares não estariam mais constituindo um fator impeditivo ao trabalho feminino de mercado, como ocorria até os anos 70.³

* Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

** Assistente de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

¹ A PEA é entendida pelo IBGE como a população de 10 anos e mais que, no período anterior à pesquisa, estava exercendo trabalho remunerado, sem remuneração ou não estava trabalhando, porém procurava trabalho. Portanto, fazem parte da PEA os ocupados (trabalhando regularmente) e os desocupados, assim considerados os que não trabalhavam, mas tomaram alguma providência para encontrar trabalho. Por taxa de atividade, entendemos o percentual de ativos(as) (que estão na PEA) em relação aos que estão em idade ativa, ou seja, têm mais de 10 anos (PIA).

² Banco de Dados sobre o Trabalho ... (1998).

³ Banco de Dados sobre o Trabalho ... (1998).

Dentre as alterações no perfil da força de trabalho feminina, a nosso ver, uma das mais importantes de serem remarçadas na década que ora finda é o seu maior nível de instrução, quando comparado ao dos homens brasileiros. Na população em geral, como demonstra a Tabela 1, até a conclusão do ensino fundamental (oito anos de estudo), a igualdade de gênero pode ser observada, mas, a partir do ensino médio (nove a 11 anos de estudo), o domínio das mulheres sobre os homens, em termos de escolaridade, passa a se impor e prossegue a seguir: a porcentagem de mulheres entre os que têm entre nove e 11 anos de estudo, o que corresponderia ao 2º grau, é de 55% e entre os que prosseguiram estudos em nível superior (12 anos e mais), é de 54,2%. Esses dados do IBGE são corroborados por outros do Ministério da Educação, segundo os quais, na mesma data, 55,1% das matrículas no ensino médio eram femininas. Além disso, no total de concluintes desse nível de ensino, o percentual feminino, em 1999, subiu para 58,5% (Tabela 2). Ou seja, as mulheres representam parcela superior à dos homens entre os estudantes do ensino médio, mas essa parcela é ainda mais representativa entre os que permanecem mais na escola e concluem esse nível de ensino. Essa constatação já foi feita em outros estudos, como o de Rosemberg, para as décadas de 70 e 80. Essa autora sugere como explicação para esse achado fatores intra e extra-escolares. Em primeiro lugar, as alunas do 1º grau obtêm melhores resultados escolares do que os alunos, e suas taxas de evasão e repetência são mais baixas do que as deles, o que as leva em maior número ao nível seguinte de estudo. Em segundo, a cultura escolar vigente em sociedades patriarcais como a brasileira exigiria das meninas, e não dos meninos, atitudes de dedicação aos estudos, obediência e bom comportamento, favoráveis à permanência na escola e ao prosseguimento dos estudos (Rosemberg, 1989). Além disso, a escola seria um espaço de sociabilidade mais atraente às jovens do que aos jovens.⁴ Fora da escola, pressões sociais e econômicas mais amplas provocariam o ingresso mais precoce dos rapazes no mercado de trabalho, em trabalhos incompatíveis com a continuidade dos estudos — em que pese a maior oferta de cursos noturnos juvenis na década (IBGE, 2000) —, em contraposição às moças, que se dedicariam mais ao trabalho doméstico, passível de conciliação com os estudos.

No ensino superior, as mulheres, que já eram quase 60% dos concluintes em 1990, ampliaram sua presença na década, atingindo percentual superior a 61% em 1997. Constituem maioria também — 55,1% — entre aqueles que ingressaram no ensino superior pelo vestibular de 1998 (Tabela 3). Não pairam dúvidas, portanto, sobre o avanço das mulheres na aquisição de escolaridade, o que lhes propicia maiores credenciais para seu ingresso e permanência no mercado de trabalho em ocupações que requerem estudo. Uma análise dos percentuais femininos por áreas do conhecimento, no entanto, revela que, tanto no ensino técnico e profissional quanto no nível superior de ensino, persistem determinados “guetos” femininos, que se reproduzem, posteriormente, no mercado de trabalho. No ensino tecnológico (por exemplo, as Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo — FATECs), as concluintes de 1999 predominavam na área de serviços, como turismo e saúde, e, no ensino técnico, em cursos de imagem pessoal, artes e saúde, também na área de serviços.⁵ No ensino superior, os percentuais femininos mais elevados encontram-se nas áreas de lingüística, letras e artes (83%), nas ciências humanas (82%), nas ciências biológicas (74%) e nas ciências da saúde (67,6%). Na década analisada, estas duas últimas áreas tiveram aumento da participação feminina. Pode-se afirmar que essas foram as áreas nas quais se deu o maior incremento de presença feminina. Ainda que em menor número, as mulheres são também maioria nas ciências exatas e da terra, área na qual sua participação, porém, sofreu declínio na década. Em contrapartida, sua presença ultrapassou a masculina nas ciências sociais aplicadas, área do conhecimento que abriga uma extensa e diversificada gama de cursos, alguns deles tradicionais redutos femininos — biblioteconomia, economia doméstica e serviço social, por exemplo —, e em cursos para áreas profissionais nas quais as mulheres estão ingressando de forma significativa desde a década de 80: administração, arquitetura/urbanismo e direito. Mesmo na engenharia/tecnologia, tradicional reduto masculino, o aumento da participação feminina foi relevante (de 15,3% para 22,4% entre 1990 e 1997). O mesmo se pode dizer das ciências agrárias, área do conhecimento na qual as mulheres ocupavam pouco mais de um quarto das vagas em 1990, atingindo 39% delas em 1997.

⁴ Ver Madeira (1997, p. 45-134).

⁵ Banco de Dados sobre o Trabalho ... (1998).

Informações sobre a parcela feminina entre os que ingressaram nas universidades pelo vestibular de 1998 revelam persistência de “guetos” — lingüística, letras e artes, ciências humanas, biológicas e ciências da saúde —, aumento da presença feminina em algumas áreas, como a de ciências agrárias, ou, ainda, o declínio em outras, como as de ciências exatas e da terra e a engenharia e tecnologia, que havia tido aumento entre as formandas do ano anterior. Essas observações nos permitem levantar a hipótese de que a sexualização das ocupações⁶ é um processo que se forma ainda nos bancos escolares, com efeitos perversos sobre a inserção feminina posterior no mercado de trabalho.

O diferencial de gênero constatado na escolaridade brasileira tem impacto na População Economicamente Ativa, pois as trabalhadoras têm níveis de escolaridade mais elevados do que seus colegas. Segundo dados do IBGE, a média de anos de estudo da PEA, em 1999, era de 6,3 anos. No entanto, enquanto a PEA feminina tinha 6,8 anos de estudo, a masculina não passava de 5,9 (IBGE, 2000). No período analisado, aumentou a escolaridade dos trabalhadores de ambos os sexos, porém o aumento da escolaridade da PEA feminina foi mais significativo. Em 1998, 29,2% das trabalhadoras tinham 11 ou mais anos de estudo, o que se verificava para apenas 20,2% dos trabalhadores. O impacto da escolaridade sobre o trabalho feminino expressa-se nas taxas mais elevadas de atividade entre aquelas com mais instrução. Naquele mesmo ano, enquanto a taxa feminina de atividade era de 47%, a de mulheres com 15 anos ou mais de estudo era superior a 81%, ou seja, de cada 100 mulheres com nível superior, 81 estavam ativas. A elevada escolaridade feminina tem tido efeitos expressivos em sua colocação no setor formal do mercado de trabalho, onde se encontram os empregos protegidos por lei, nos setores privado e público da economia. É verdade que, nessa parcela da economia, o número de empregos ocupados por mulheres, embora tenha crescido, em números absolutos, mais do que aqueles ocupados por homens, ainda é relativamente pequeno, se comparado ao total. Em 1998, apenas 38,4% dos registros de emprego formalizado eram do sexo feminino. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho para 1998,⁷ porém, dentre os postos de trabalho formais que requeriam escolaridade até o antigo 1º grau completo, 71,6% eram masculinos, e 28,4%, femininos; dentre os que exigiam o 2º grau (completo e incompleto), metade eram masculinos e metade femininos. Entretanto entre os empregos para cujo desempenho era exigido um curso superior, fosse ele completo ou não, 47,1% eram masculinos, e 52,9%, femininos.

A expansão dos níveis de escolaridade observados no setor formal da economia brasileira (se, em 1988, um pouco mais de um terço desses empregos requeriam escolaridade mínima de 2º grau, em 1998, a proporção atingia 44,5%)⁸ poderia ser interpretada tanto como resultado da expansão da escolaridade de 2º e 3º graus no País — marcada, no caso deste último, sobretudo pela expansão da rede privada — como também pela maior exigência dos empregadores, principalmente os das médias e grandes empresas, em relação aos níveis de instrução de seus contratados. O predomínio de empregos femininos nos níveis mais elevados, por sua vez, poderia ser explicado por duas razões: em primeiro lugar, porque a escolaridade das mulheres é mais elevada na população em geral e na PEA; em segundo, porque o setor formal inclui os estatutários, ou seja, os empregos no funcionalismo público, no qual as mulheres predominam, principalmente nas áreas de saúde e educação, e que, em sua maioria, requerem, pelo menos, níveis médios de instrução.

⁶ Sobre os temas da sexualização das ocupações e “guetos” profissionais, ver Bruschini (1979).

⁷ Banco de Dados sobre o Trabalho ... (1998a).

⁸ Banco de Dados sobre o Trabalho ... (1998b).

Escolhas por áreas de estudo e nichos ocupacionais femininos e masculinos

As opções dos estudantes e das estudantes por diferentes áreas de conhecimento os encaminha para postos de trabalho também diversos segundo o sexo. A estrutura ocupacional masculina e feminina pode ser desvendada com maior detalhe, permitindo uma visão mais clara dos nichos profissionais sexuados, a partir da análise dos dados do mercado de trabalho formal. A Tabela 4 mostra que os diversos ramos industriais, responsáveis pela absorção da mão-de-obra masculina em uma variada gama de ocupações típicas de cada um deles e em ocupações transversais, como operadores de máquinas, movimentadores de mercadorias e cargas (Grandes Grupos (GG) 7,8,9), diminuíram sua importância no período analisado, seguindo a própria dinâmica desse setor, cuja retração foi recorde nos anos 90. Ainda assim, no final da década, a indústria continuava importante fonte de oferta de emprego para os homens, uma vez que cerca de 38% dos empregos masculinos provinham das atividades industriais, 22% destes afetos às atividades desenvolvidas nas indústrias de borracha, plástico, papel, papelão e gráfica, construção civil e às atividades de operação de máquinas diversas e de movimentação de mercadorias e outros, e 9,8% em ocupações da fabricação de calçados e artefatos de couros. O setor serviços era responsável pela absorção de 31% dos homens, 17% em serviços administrativos e 14% em serviços de turismo, serventia, segurança e saúde.

Enfocando a estrutura ocupacional feminina, notamos que ela se caracteriza, de um modo geral, por dois segmentos diferenciados em termos de qualificação, prestígio e, conseqüentemente, remuneração. De um lado, aquelas ocupações, que, *grosso modo*, teriam menos prestígio e ofereceriam menor remuneração, como as ocupações em serviços administrativos e em serviços de turismo, serventia, higiene e beleza e auxílio à saúde. Elas representam 50% dos empregos femininos com carteira assinada. De outro lado, as ocupações de prestígio nas áreas jurídica, do ensino e das artes (GG1), somadas a outro conjunto de ocupações científicas de nível superior, como química e física, engenharia, enfermeiros, economistas, etc. (GG0), perfazendo 22,4% dos “bons empregos” para mulheres.

Analisando com mais cuidado cada um desses grandes agregados de ocupações, vemos que o Grande Grupo 3 — trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados —, o maior empregador das mulheres,⁹ engloba internamente uma gama bastante ampla de famílias ocupacionais, a maior parte delas referente a ocupações de apoio administrativo e algumas de nível intermediário de chefia, quais sejam: chefes intermediários, administrativos, de contabilidade e de finanças; agentes de administração de empresas públicas e privadas; secretários, datilógrafos, estenógrafos; trabalhadores de serviços de contabilidade e caixas; operadores de máquinas contábeis, de calcular e de processamento automático de dados; chefes de serviço de transporte e comunicações; despachantes, fiscais e cobradores de transportes coletivos (exceto trem); classificadores de correspondência, carteiros, mensageiros; telefonistas, telegrafistas. Nele se incluem, portanto, algumas funções que têm sido tradicionalmente exercidas quase exclusivamente por mulheres, como secretárias, telefonistas e telegrafistas, recepcionistas, auxiliares de contabilidade e caixas, arquivistas, agentes administrativos. Em 1998, por exemplo, 87% dos secretários, 85% dos telefonistas e telegrafistas e 83% dos recepcionistas, 67% dos auxiliares de escritório e caixas, 65% dos arquivistas e 60% dos agentes administrativos eram mulheres. No caso das três primeiras ocupações citadas, as proporções são muito assemelhadas às registradas no ano de 1988, indicando a persistência de um padrão de feminização. Para as demais ocupações, as proporções aumentaram significativamente entre 1988 e 1998, sinalizando na mesma direção.

⁹ As nomenclaturas Grande Grupo de Ocupações e Família Ocupacional são utilizadas na Classificação Brasileira de Ocupações/CBO e correspondem a níveis de agregação das ocupações. “O Grande Grupo de Ocupações é a classificação mais agregada; reúne grandes áreas de emprego mais do que tipos específicos de trabalho (...) A Família Ocupacional ou Grupo de Base reúne ocupações que apresentam estreito parentesco, tanto em relação à natureza do trabalho quanto aos níveis de qualificação exigidos”. (BR. MTE, 1994, p. 12).

No que se refere ao Grande Grupo 5 das ocupações — serviços de turismo, hospedagem, embelezamento, segurança, auxiliares de saúde, etc. (20% dos empregos), verificamos que, com exceção dos gerentes de hotéis, restaurantes e bares, que exercem funções de nível de supervisão, os demais profissionais são executores de serviços especializados. São eles os mordomos e governantes, os cozinheiros, garçons e *barmen*, os trabalhadores de serventia e comissários de serviços de transporte de passageiros, os trabalhadores de serviços de administração, conservação, manutenção e limpeza de edifícios e logradouros públicos, os lavadeiros e tintureiros e os trabalhadores em serviços de higiene e embelezamento, de proteção e segurança. Exemplos de ocupações tradicionalmente desempenhadas por mulheres aqui inclusas são: cabeleireiros (em 1998, 80% dos postos de trabalho eram femininos), governantas e mordomos (72% eram mulheres), lavadeiras e tintureiros (71%), trabalhadores de serventia em domicílios e hotéis, como arrumadeiras, camareiras, etc. (70%), comissários de bordo (67%), trabalhadores em serviços de conservação e limpeza de edifícios (58%).

Por sua vez, o outro lado da ocupação feminina, representado pelas profissões de nível superior, de maior prestígio, no Grande Grupo 1 — juristas, professores, escritores, jornalistas, escultores e pintores e assemelhados —, responsável por 17,9% do emprego feminino, compõe-se das famílias ocupacionais juristas, professores, escritores, jornalistas, escultores, pintores e músicos, técnicos desportivos, etc. O ensino caracterizou-se através do tempo como uma das poucas áreas de atuação feminina qualificada no mercado de trabalho. Em que pesem as profundas modificações nas condições de trabalho e na remuneração dos docentes brasileiros nas últimas décadas, o que tem conduzido a uma desvalorização da função de ensinar por parte dos próprios professores e da sociedade, a categoria continua eminentemente feminina: se, em 1998, 95% dos professores do ensino pré-escolar eram mulheres, assim como 88% dos professores do ensino especial, 87% dos professores do 1º grau, 72% dos de 2º grau, 72% dos professores de língua e literatura do 3º grau, uma década antes, as proporções eram muito próximas.

Dentre as ocupações do Grande Grupo 0 (químicos, físicos, engenheiros e arquitetos, enfermeiros, psicólogos, economistas e assemelhados), que congregam 4,5% dos empregos para mulheres, algumas profissões são mais feminizadas, como é o caso dos dentistas (55,4%), e, em outras, houve expressivo avanço feminino nos últimos 10 anos. Por exemplo, a parcela feminina entre jornalistas e redatores evoluiu de 38% em 1988 para 46% em 1998. Entre os físicos, as mulheres eram 27% no primeiro ano e 43% no último; entre os médicos, as proporções encontradas foram, respectivamente, 29% e 38%. As mulheres têm adentrado algumas áreas profissionais de prestígio reservadas para os homens até há bem pouco tempo atrás, e isso, em muitos casos, já é um fato visível. Um exemplo desse movimento vem ocorrendo entre as profissões da área jurídica. Ainda que os postos de trabalho para esses profissionais tenham pequena significação numérica no conjunto dos empregos de ambos os sexos, o que importa aqui é a crescente participação feminina nesses nichos, ampliando as possibilidades de uma inserção qualificada no mercado de trabalho, pelo menos para aquelas mulheres mais escolarizadas: se, em 1988, a RAIS registrava que a parcela feminina entre os advogados era de 31%, em 1998, ela atingiu 40%. Entre os procuradores, as mulheres representavam 36% em 1988 e 43% em 1998.

Estudo por nós realizado com dados de 1996, que enfocou mulheres em algumas carreiras de prestígio, como a medicina, a advocacia, a arquitetura (Bruschini, Lombardi, 1999; 2000; 2000a), revelou que o ingresso das mulheres nessas áreas teria acontecido pela convergência de vários fatores. De um lado, a intensa transformação cultural ocorrida a partir dos anos 60, que impulsionou as mulheres para as universidades, e a expansão das vagas de 3º grau, que atendeu a esse anseio feminino; de outro, as transformações pelas quais passaram essas profissões em direção à especialização e ao assalariamento em detrimento da antiga autonomia profissional, o que repercutiu no nível de prestígio atribuído a esses profissionais, abrindo outras possibilidades para a inserção feminina além dos espaços tradicionalmente ocupados por elas, como o magistério e a enfermagem. O perfil das profissionais analisadas no referido estudo diferencia-se daquele dos seus colegas do sexo masculino apenas em relação à idade, pois, por adentrarem a profissão mais recentemente, elas são mais jovens do que eles. No tocante ao trabalho propriamente dito, homens e mulheres igualam-se em termos de jornadas de trabalho semanal e mantêm vínculos de trabalho em proporções assemelhadas com os setores

público e privado. No entanto, mesmo que essas mulheres estejam ocupando novos e promissores espaços de trabalho, nos quais as características da sua inserção são bastante similares às dos homens, elas permanecem submetidas a uma desigualdade de gênero presente em todos os escalões do mercado de trabalho no que tange aos rendimentos: ganham menos do que seus colegas de profissão do sexo masculino.

Ressalvamos, contudo, que, apesar desses inegáveis avanços na inserção qualificada de parcela das mulheres mais instruídas em espaços profissionais de maior prestígio, ocupados há até bem pouco tempo quase exclusivamente por profissionais do sexo masculino, esses postos são em pequeno número na estrutura ocupacional, o que significa que, se, proporcionalmente, há poucas mulheres nessas posições comparativamente ao conjunto dos empregos no País, os homens também são poucos. Por exemplo, em 1998, existiam no País, 3.568 postos de trabalho formais ocupados por mulheres entre os membros superiores do poder judiciário (juizes, promotores, etc.), 4.598 entre os juristas, 51.766 médicas, 9.066 engenheiras civis e arquitetas, 916 engenheiras químicas, 1.862 engenheiras elétricas, 20.694 dentistas.¹⁰ A importância dessa inserção mais qualificada das mulheres se relativiza ao confrontarmos esses dados com a impressionante cifra de trabalhadoras brasileiras que, no mesmo ano, se situavam em nichos precários no mercado de trabalho, seja como **trabalhadoras domésticas**, seja realizando atividades **não remuneradas** ou trabalhos destinados ao **consumo próprio ou do grupo familiar**: nada menos que 36% da força de trabalho feminina ou 10 milhões de mulheres (Tabela 5). O desfavorecimento dessa colocação feminina fica ainda mais patente quando comparada com a dos homens: em 1998, apenas 10% deles se encontravam naquelas situações.

O trabalho doméstico, nicho ocupacional feminino por excelência, no qual mais de 90% dos trabalhadores são mulheres, manteve-se como importante fonte de ocupação, praticamente estável na década, absorvendo 17% da força de trabalho. Como revelou nosso estudo sobre o tema (Bruschini, Lombardi, 2000), esse percentual vem diminuindo no tempo, uma vez que, em 1970, o emprego doméstico absorvia mais de um quarto da mão-de-obra feminina. Essa ocupação ainda representa oportunidade de colocação para bem mais de quatro milhões de mulheres no mercado de trabalho brasileiro e é considerada precária em função das longas jornadas de trabalho desenvolvidas pela maioria das trabalhadoras, pelo baixo índice de posse de carteira de trabalho e pelos baixos rendimentos auferidos. Nosso estudo mostrou que, em 1997, 47% das empregadas domésticas trabalhavam mais de 45 horas por semana (28% delas por mais de 49 horas), 76% delas não possuíam carteira de trabalho e 88% ganhavam até dois salários mínimos. Essa categoria de trabalhadoras tem uma cor predominante: cerca de 59% são pretas e pardas, e, seguindo o padrão de discriminação presente em todo o mercado de trabalho, suas condições de trabalho são piores quando comparadas às das brancas — são mais jovens, estão mais presentes entre as que residem no domicílio do patrão, estando sujeitas a jornadas de trabalho mais longas e a restrições em sua liberdade de ir e vir e apenas 19% possuem carteira de trabalho contra 24% das brancas.

Outras formas de ocupação mais precárias, quais sejam o trabalho não remunerado e aquele executado para o consumo próprio ou da unidade familiar e que são desenvolvidos majoritariamente por mulheres, também se mostraram, em termos relativos, decrescentes no período analisado. Se 14% das mulheres ocupadas trabalhavam sem remuneração em 1993, em 1998 elas passaram a significar 11%. Da mesma forma, 10% delas trabalhavam para consumo ou construção próprios ou para o núcleo familiar mais próximo em 1993, e, em 1998, 8%.¹¹ Ressaltamos que é no setor agrícola, principalmente, que o trabalho sem remuneração e para o próprio consumo é realizado: no primeiro caso, pelas muito jovens (mais de 67% com até 19 anos) e, no segundo, pelas mais idosas (37% com mais de 60 anos) (Bruschini, 2000, p.13-18). O não-pagamento pelo

¹⁰ Banco de Dados sobre o Trabalho ... (1998b).

¹¹ Ressaltamos que as categorias "trabalhadores domésticos", "trabalhadores para consumo próprio ou do núcleo familiar" surgiram nas PNADs a partir de 1992. A primeira delas, desagregada dos "empregados", e a última, dos "não-remunerados". O refinamento da classificação, portanto, permite a melhor visualização da ocupação feminina, apesar de trazer problemas à análise das séries longitudinais referentes ao trabalho das mulheres.

trabalho desenvolvido pelas mulheres, contudo, também está presente no comércio (15%) e nos serviços (9%), muito provavelmente em negócios de pequeno porte e de caráter familiar. A Tabela 5 indica um ligeiro aumento na forma de ocupação por conta própria (autônomos) para ambos os sexos, tipo de vínculo mais característico do setor serviços e do comércio, refúgio de sobrevivência de muitos expulsos dos setores mais formalizados e organizados do mercado de trabalho¹² e tradicional espaço de trabalho feminino.

Referendam essa interpretação os resultados da pesquisa **Economia Informal Urbana**, realizada em 1997 pelo IBGE em todos os municípios urbanos do País, a qual apontou que as microempresas informais no Brasil desenvolviam atividades preponderantemente no comércio e nos serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversão. O motivo que levou quase um terço desses proprietários a iniciarem seus empreendimentos foi o desemprego; o rendimento auferido, porém, foi o estímulo para nele persistirem. A pesquisa revelou, também, que, como trabalhadores por conta própria, ganhavam, em média, R\$ 400,00 e, como pequenos empregadores, cerca de R\$ 1.000,00, enquanto, no mercado formal, a média de remuneração para seu nível de instrução chegaria, no máximo, a até dois salários mínimos.¹³ Outro estudo, desta feita abordando trabalhadores no setor informal — no qual se incluem, além dos proprietários de pequenas unidades produtivas com até cinco empregados e os trabalhadores a ela vinculados, todos os trabalhadores sem carteira, os autônomos, os empregados domésticos e os trabalhadores familiares — na Região Metropolitana de São Paulo, no ano de 1998, apresenta caracterização dos ocupados assemelhada: o motivo que levou as pessoas à informalidade foi o desemprego; elas apresentavam baixo nível de escolaridade, trabalhavam na prestação de serviços e no comércio e auferiam rendimentos, em geral, inferiores a três salários mínimos (Jacobsen, Martins, Dombrowski, 2000).

Poderíamos finalizar afirmando que, na década de 90, as trabalhadoras brasileiras apresentaram perfil mais maduro e mais instruído do que no passado. No entanto, o acréscimo de escolaridade significou avanços concretos em direção a postos de trabalho mais qualificados, mais prestigiosos e melhor remunerados para um número limitado de mulheres. Apesar de verem seus índices de escolaridade elevados em relação ao passado recente e, agora, mais elevados do que os dos homens, as brasileiras podem dispor, de fato, da histórica parcela de cerca de um terço dos melhores empregos do País — aqueles formalizados através do registro em carteira e protegidos pelas legislações trabalhista e previdenciária —, continuando a representar a maioria entre as posições mais desfavoráveis do mercado de trabalho. Portanto, sem dúvida, houve avanços, mas o caminho da cidadania e da igualdade para grande parte das trabalhadoras brasileiras configura-se ainda como uma longa jornada.

¹² Apesar de não ser este o local para uma discussão mais aprofundada sobre a questão do segmento informal do mercado de trabalho, no qual se situariam os nichos mais precários, vale remarcarmos que os estudos preocupados com essa questão têm apresentado resultados diversos no que se refere à dimensão desse segmento, devido à aplicação de metodologias diferentes. O IBGE, por exemplo, através da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), estima que, no final dos anos 90, a metade dos ocupados nas principais regiões metropolitanas do País trabalhava informalmente. Sobre a questão, ver, por exemplo, Jacobsen, Martins e Dombrowski (2000).

¹³ A pesquisa em questão considerou como pertencentes ao setor informal as unidades de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, bem como os trabalhadores nessas unidades produtivas, moradores de áreas urbanas, com produção em pequena escala, destinadas a gerar emprego e renda aos envolvidos. Maiores informações sobre a pesquisa ECINF/Economia Informal Urbana podem ser encontradas no site <http://www.ibge.gov.br>

Bibliografia

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações / CBO**. Brasília: Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, 1994. p. 12.

BRUSCHINI, Cristina, LOMBARDI, Maria R. A dupla face do emprego feminino no Brasil: o emprego doméstico e as novas ocupações. **Informe PED Mulher**, PED-RMPA; DIEESE; SEADE; FEE; FGTAS, Ano 9, mar. 2000.

BRUSCHINI, Cristina, LOMBARDI, Maria R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Campinas: Autores Associados, n. 110, p. 67-104, jul. 2000.

BRUSCHINI, Cristina, LOMBARDI, Maria R. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras de prestígio. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, v. 7, n. 1-2, p. 9-24, 1999.

BRUSCHINI, Cristina. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo : Fundação Carlos Chagas, n. 28, p. 5-20, mar. 1979.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985 – 95). In: ROCHA, Maria I. B. da. (org.). **Trabalho e gênero – mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP/CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Editora 34, 2000. p. 13-18.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2000.

JAKOBSEN, K., MARTINS, R., DOMBROWSKI, O. (orgs). **Mapa do Trabalho Informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: CUT/ Central Única dos Trabalhadores, Fundação Perseu Abramo, 2000. (Coleção Brasil Urgente).

MADEIRA, Felícia R. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou reclusão. In: MADEIRA, Felícia R. (org.) **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos. 1997. p. 45-134.

ROSEMBERG, Fúlvia. 2º Grau no Brasil: cobertura, clientela e recursos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Cortez, n. 68, p. 39-54, fev. 1989.

TRABALHO das mulheres: banco de dados. Fundação Carlos Chagas, 1998. (Série Mulheres, Trabalho e Família). Disponível em: <http://www.fcc.org.br> Acesso em: 7 jan. 2002.

TRABALHO das mulheres: banco de dados. Fundação Carlos Chagas, 1998a. (Série Histórica Mulheres, Educação e Trabalho). Disponível em: <http://www.fcc.org.br> Acesso em: 7 jan. 2002.

TRABALHO das mulheres: banco de dados. Fundação Carlos Chagas, 1998b. (Série Mercado de Trabalho e Estrutura Ocupacional). Disponível em: <http://www.fcc.org.br> Acesso em: 7 jan. 2002.

Tabela 1

**Escolaridade das pessoas de 10 anos e mais e parcela feminina,
por nível de instrução, no Brasil — 1999**

(%)

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	DISTRIBUIÇÃO		MULHERES
	Homens	Mulheres	
Sem instrução e menos de 1 ano	13,6	13,2	51,0
De 1 a 4 anos de estudo	34,4	32,1	49,9
De 5 a 8 anos de estudo	28,4	27,6	50,8
De 9 a 11 anos de estudo	16,4	19,1	55,3
12 anos de estudo e mais	6,8	7,5	54,2
Não determinado/sem declaração	0,5	0,5	-
TOTAL	100,0	100,0	51,6
População com 10 anos e mais	63 019 733	67 076 057	-

FONTES: PNAD-IBGE.

Tabela 2

Matrículas e conclusões no ensino médio, segundo o sexo, no Brasil — 1999

INDICADORES	TOTAIS	MASCULINAS	FEMININAS	PARCELA FEMININA (%)	PARCELA MASCULINA (%)
Matrículas	7 769 199	3 491 692	4 277 507	55,1	44,9
Conclusões	1 535 943	638 171	897 772	58,5	41,5

FONTES: MEC/INEP/SEEC.

NOTA: Elaboração a partir da **Sinopse da Educação Básica — 1999** (www.inep.gov.br)

Tabela 3

Parcela feminina entre os concluintes do ensino superior e entre os ingressantes pelo vestibular, por áreas do conhecimento, no Brasil — 1990, 1997 e 1998

(%)

ÁREAS DO CONHECIMENTO	CONCLUINTEs		INGRESSO PELO VESTIBULAR
	1990	1997	1998
Total	59,7	61,4	55,1
Exatas e da terra	55,4	52,6	39,5
Biológicas	70,5	73,9	67,6
Engenharia/tecnologia	15,3	22,4	18,0
Ciências da saúde	62,3	67,6	67,0
Ciências agrárias	27,2	38,7	43,5
Ciências sociais aplicadas	47,2	53,5	50,3
Ciências humanas	81,7	81,9	77,9
Linguística, letras, artes	84,1	83,3	78,7

FONTES: MEC/INEP/SEEC.

Tabela 4

Distribuição percentual dos empregos, segundo os grandes grupos de ocupações e sexo, no Brasil — 1988 e 1998

GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÕES	1988		1998	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
GG 3				
Trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados	17,7	29,7	17,5	30,5
GG 5				
Trabalhadores em serviços de turismo, hospitalidade, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliares de saúde e assemelhados	9,6	12,0	14,2	20,0
GG 1				
Juristas, professores, escritores, jornalistas, escultores, pintores, músicos, artistas, técnicos desportivos, atletas e trabalhadores assemelhados	3,0	16,6	3,4	17,9
GG 4				
Trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados	6,1	6,6	8,0	8,8
GG7				
Trabalhadores das indústrias metalúrgica, siderúrgica, madeira, papel e papelão, química, fiação e tecelagem, alimentos e bebidas, mestres e supervisores e trabalhadores assemelhados	7,1	7,4	6,6	5,3
GG 9				
Trabalhadores das indústrias de borracha, plástico, artes gráficas, construção civil, operadores de máquinas e assemelhados	24,3	6,0	21,7	5,1
GG 2				
Membros do poder Legislativo, Executivo, Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e assemelhados	2,4	3,2	3,6	4,5
GG 0				
Químicos, físicos, engenheiros, arquitetos, técnicos, biólogos, farmacêuticos, enfermeiros, psicólogos, estatísticos, economistas, administradores, contadores e assemelhados	6,1	7,3	5,0	4,5
GG 8				
Trabalhadores das indústrias de calçados, móveis, usinagem de metais, ajustadores e montadores, eletricitistas e assemelhados	10,9	3,1	9,8	1,9
GG 6				
Trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e assemelhados ...	4,2	1,1	5,9	1,0
Ocupações ignoradas e mal-definidas	8,6	7,0	4,3	0,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: MTE/RAIS.

Tabela 5

Distribuição percentual dos ocupados, por sexo e posição na ocupação, no Brasil — 1993, 1995 e 1998

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1993		1995		1998	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Trabalhadores domésticos	0,7	16,6	0,8	17,2	0,8	16,9
Não remunerados	8,6	13,5	8,0	13,1	7,1	11,4
Consumo próprio (1)	1,9	9,9	1,9	9,3	2,2	8,1
Subtotal	11,2	40,0	10,7	39,6	10,1	36,4
Empregados	58,6	42,7	57,4	41,9	57,3	45,1
Autônomos e conta própria	25,4	15,8	26,5	16,6	27,4	16,1
Empregadores	4,9	1,5	5,3	1,9	5,2	2,4
Subtotal	88,9	60,0	89,2	60,4	89,9	63,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ocupados (milhões)	40,6	26,0	41,9	27,8	42,3	27,6

FONTE: PNAD-IBGE.

(1) Consumo e construção próprios ou para o grupo familiar.